Requerimento nº 133/2026

Protocolo 1207 Envio em 19/10/2026 10:32:49
Autoria: Luis Antonio de Castro.

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 134 do Regimento Interno que, ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando que, por meio dos departamentos competentes, preste as seguintes informações acerca da situação funcional dos servidores ocupantes do cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI), anteriormente denominado Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), considerando as disposições da Lei Federal nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026, e da Lei Complementar Municipal nº 393, de 29 de janeiro de 2026:

a) Atualmente, os servidores ocupantes do cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI) estão formalmente vinculados ao Departamento de Educação e Cultura ou permanecem vinculados administrativamente ao Departamento de Administração da Prefeitura Municipal?

b) Caso ainda estejam vinculados ao Departamento de Administração, existem estudos, providências administrativas ou previsão para a transferência ou adequação de sua vinculação funcional ao Departamento de Educação e Cultura? Em caso positivo, qual o cronograma previsto?

c) Os profissionais ocupantes do cargo de PDI já foram efetivamente enquadrados na carreira do magistério público municipal, nos termos da Lei Federal nº 15.326/2026, ou permanecem submetidos ao plano de carreira instituído pela Lei Complementar Municipal nº 257/2014?

d) Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 393/2026 promoveu a alteração da denominação e das atribuições do cargo, existem estudos ou previsão para

Requerimento nº 133/2026 Protocolo 1207 Envio em 19/10/2026 10:32:49
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 116/2023, de 18 de dezembro de 2023, por Luis Antonio de Castro.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.palmital.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2026/18345/18345_original.pdf

inclusão expressa dos PDIs no Estatuto do Magistério Público Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 177/2009? Em caso positivo, qual o estágio desses estudos e a previsão para sua conclusão?

e) O Executivo Municipal já editou ou pretende editar decretos, portarias ou outros atos administrativos destinados à regulamentação do enquadramento funcional dos PDIs na carreira do magistério? Em caso positivo, solicita-se o encaminhamento de cópias dos atos existentes ou informações sobre sua previsão.

f) Existem estudos ou providências em andamento para esclarecer e resguardar a situação previdenciária dos PDIs, especialmente quanto ao reconhecimento do tempo de efetivo exercício de funções de magistério, inclusive nos períodos anteriores à vigência da Lei Complementar Municipal nº 393/2026, quando os servidores ocupavam o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil?

O presente REQUERIMENTO se justifica para obter esclarecimentos acerca das medidas administrativas e funcionais adotadas pelo Poder Executivo Municipal após a edição da Lei Federal nº 15.326/2026 e da Lei Complementar Municipal nº 393/2026, que promoveu a alteração da denominação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil para Professor de Desenvolvimento Infantil.

Embora a legislação municipal tenha estabelecido novas atribuições, requisitos e condições remuneratórias para os profissionais, faz-se necessário esclarecer se houve a correspondente adequação de sua vinculação administrativa ao Departamento de Educação e Cultura e seu efetivo enquadramento na carreira do magistério público municipal, bem como se existem providências previstas nesse sentido.

A solicitação também se justifica pela preocupação dos profissionais quanto aos possíveis reflexos previdenciários decorrentes de sua situação funcional, especialmente em

Requerimento nº 133/2026 Protocolo 1207 Envio em 19/10/2026 10:32:49
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 116/2023, de 18 de dezembro de 2023, por Luis Antonio de Castro.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.palmital.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2026/18345/18345_original.pdf

relação ao reconhecimento do tempo de exercício de atividades de magistério para fins de aposentadoria, considerando que o cargo anteriormente ocupado já exigia formação específica na área educacional.

Dessa forma, as informações solicitadas permitirão a esta Casa de Leis acompanhar as providências adotadas pelo Executivo, esclarecer a situação dos servidores e verificar as medidas necessárias à adequação da estrutura funcional do Município à legislação vigente..

Plenário Vereador Prof.º Alcides Prado Lacreta, em 15 de outubro de 2026.

(Assinado digitalmente)
LUIS ANTONIO DE CASTRO
(Baiano Caminhoneiro)
Vereador

Requerimento nº 133/2026 Protocolo 1207 Envio em 19/10/2026 10:32:49
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 116/2023, de 18 de dezembro de 2023, por Luis Antonio de Castro.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.palmital.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2026/18345/18345_original.pdf

Assinado por: LUIS ANTONIO DE CASTRO:15878426889, 2026.10.19 10:32:37 BRT

Requerimento nº 133/2026 Protocolo 1207 Envio em 19/10/2026 10:32:49
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 116/2023, de 18 de dezembro de 2023, por Luis Antonio de Castro.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.palmital.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2026/18345/18345_original.pdf